

**CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PELO GOVERNADOR DO BANCO  
DE CABO VERDE, DR. CARLOS BURGO,  
POR OCASIÃO DA ENTREGA DO RELATÓRIO AO GOVERNO  
(ao abrigo do art.º 18.º, 3. da Lei Orgânica do BCV)**

1. Em cumprimento do estipulado na sua Lei Orgânica, o Banco de Cabo Verde remeteu ao Governo, através da Senhora Ministra das Finanças e Administração Pública, o Relatório ao Governo, com referência a 31 de Março de 2007. Cópia do mesmo será igualmente remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Nacional e à Comissão Especializada de Finanças e Orçamento
2. A situação monetária, nos seis meses terminados em Março de 2007, foi marcada pela evolução positiva da posição externa da economia cabo-verdiana, traduzida na acumulação de reservas externas do banco central e de activos externos líquidos dos bancos comerciais, o que, num regime cambial de paridade fixa, acaba por determinar a expansão da massa monetária (M2) que, no período em análise, apresenta a variação de 3.4%.
3. Num quadro de defesa do regime cambial, e tendo como fim último a manutenção da estabilidade de preços, a condução da política monetária por parte do Banco Central pautou-se pelo recurso cauteloso aos instrumentos que possui, no sentido de uma gestão eficaz da liquidez existente no sistema bancário, tendo em conta as pressões altistas dos preços na economia. Deste modo, o Banco de Cabo Verde tem recorrido, nomeadamente, à emissão activa de Títulos de Intervenção Monetária, destinados à absorção de uma parte do excesso de liquidez existente no sistema bancário.
4. Em termos de evolução da conjuntura económica, os indicadores disponíveis sugerem algum abrandamento da actividade económica, derivado essencialmente da evolução do investimento privado nacional e do consumo, cujo comportamento continua a ser decisivamente influenciado pela evolução menos favorável dos preços. Em contrapartida, regista-se um dinamismo expressivo das exportações líquidas de serviços, especialmente dos ligados ao turismo.
5. No que diz respeito à inflação, mantém – se a tendência altista dos preços, com a média mensal a atingir em Março uma variação de 5,6 %. Este comportamento da taxa de inflação continua a ser determinado pelas alterações dos preços e tarifas administrados, mas também pela evolução de preços de determinados produtos da componente bens, em especial os “energéticos”, os “alimentares transformados” e os “industriais”. Quanto à componente serviços, regista-se um decréscimo dos preços, designadamente das passagens áreas internacionais, das tarifas de comunicação telefónica internacional e das tarifas de transporte público.
6. Quanto às contas externas de Cabo Verde, informações disponíveis até Março apontam para um comportamento positivo, que se traduz, particularmente, num reforço das reservas internacionais do país, apesar de se verificar agravamento do défice comercial de bens, em resultado do aumento contínuo das importações. O aumento destas foi, no entanto, compensado, pelo crescimento expressivo das exportações líquidas de serviços (particularmente dos serviços ligados a viagens por motivo de turismo e aos transportes aéreos).

7. Beneficiando do contributo positivo da posição externa, os principais agregados monetários apresentam uma trajectória positiva em Março de 2007, com particular destaque para os Activos Externos Líquidos do Sistema, que cresceram a uma taxa de 11%, relativamente a Dezembro do ano anterior. O Crédito Interno Líquido apresenta um comportamento estável, com uma variação de 1.8%, explicado pela evolução do Crédito Líquido ao Sector Público, que vem diminuindo, e pela evolução positiva do crédito à Economia, que cresce a uma taxa de 4,1% em relação a Dezembro de 2006, o que espelha a retoma da actividade creditícia junto do sistema bancário nacional.

8. Tendo em conta as informações preliminares disponíveis, as projecções do BCV para 2007 apontam para um crescimento do produto no intervalo de 6 -7 %. Esta evolução espelha as perspectivas de aumento do consumo e de expansão do investimento, sobretudo, o investimento directo estrangeiro para o sector do turismo.

9. Para a inflação, a projecção do BCV aponta para uma desaceleração dos preços, situando a taxa média anual no intervalo de 2.5 a 3.5%. Esta projecção contempla a tendência descendente do IPC, que em Março atingiu os 4,2% em termos de variação homóloga, mas leva em conta o risco de actualização dos preços dos bens administrados e efeitos decorrentes de eventual mau ano agrícola sobre os bens não transformados, componente mais volátil do IPC.

10. Em linha com o cenário apresentado para a actividade económica para os próximos seis meses, a orientação da política monetária, visando o objectivo último da estabilidade de preços e condicionada pelo cumprimento dos critérios definidos no acordo assinado com o FMI, o “Policy Support Instrument” (PSI), continuará a ser a monitorização da evolução das reservas externas e a gestão do diferencial entre as taxas de juro da zona euro, em particular as do Euribor, e as taxas das operações de intervenção do BCV, num contexto de subida das taxas nos mercados internacionais.